

pedir aos usuários que paguem o valor da consulta de R\$42,00 e consigam o reembolso com as empresas.”

O Dr. Geraldo Guedes explicou aos jornalistas que a implantação da CBHPM é um trabalho de convencimento, negociação e pactos em que as queixas e denúncias dos pacientes reverterão em um acordo entre as partes. Ele informou que apenas nove planos de saúde responderam as cartas enviadas pelas entidades médicas e que 41 ainda não tinham respondido até o momento. “Quere-

mos reajustes, mas antes de tudo defendemos a qualidade dos serviços prestados aos pacientes. Há pacientes com doenças crônicas desesperados por não conseguir pagar as mensalidades diante dos aumentos abusivos. Sendo assim, a implantação do rol de procedimentos da ANS com base na CBHPM é uma questão ética para os médicos”.

Para finalizar o Dr. Clóvis Constantino afirmou que as entidades médicas, as sociedades de especialidades e os políticos representaram

em ato público os 39.000 médicos de São Paulo. A remuneração de honorários médicos é uma questão ética e de atualização tanto educacional quanto tecnológica. “O ato médico remunerado de R\$12,00 a R\$20,00 não paga nem as contas de um consultório. Os pacientes não estão recebendo o atendimento do século XXI. Precisamos de respeito e união.”

Segundo os médicos o sistema de reembolso já é praticado em 17 estados brasileiros, incluindo Santos e Região do ABC.



Grande Auditório do Hotel Renaissance, em São Paulo repleto de médicos que decidiram pela paralisação

30 de julho, o dia de São Paulo lutar pela CBHPM

Em assembléia realizada no dia 20 de julho, os profissionais de Medicina de São Paulo, aproximadamente 800, decidiram suspender a prestação de serviço a algumas empresas intermediadoras de saúde a partir de 30 de julho de 2004. A suspensão será por tempo indeterminado para a Sul América, Bradesco, AGF, Porto Seguro, Marítima e demais seguradoras de saúde, além do plano Golden Cross. Nova assembléia marcada para 17 de agosto, às 20h, no Centro de Convenções Rebouças, e a ampliação da suspensão para outros planos não está descartada, se as negociações não forem concretizadas.

Os médicos de São Paulo, cerca de 85 mil profissionais no estado, atenderão aos pacientes pelo esquema de reembolso. Será fornecido recibo para que estes possam ressarcir os valores de consultas e demais procedimentos junto às empresas. A assistência ao paciente, portanto, estará garantida.

A reivindicação dos profissionais de Medicina do Estado e do restante do Brasil é a imediata implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) no sistema de saúde suplementar. São Paulo é o 17º estado a suspender a prestação de serviço a seguros e planos de saúde. Os demais são: Acre; Alagoas; Amazonas; Bahia; Ceará; Distrito Federal; Goiás; Maranhão; Mato Grosso do Sul; Minas Gerais; Pará; Paraíba; Paraná; Pernambuco; Rio Grande do Norte e Sergipe.

A luta pela CBHPM tem três pontos:

1. A melhoria da qualidade da assistência ao paciente. Atualmente, certas empresas trabalham com listas referenciais defasadas em quase uma década, o que priva os pacientes de inúmeros avanços científicos. A CBHPM amplia em mais de mil novos procedimentos o elenco de cobertura. Os médicos, aliás, estão alertando a sociedade sobre essa questão e também sobre as pressões que sofrem para reduzir exames, internações e outros procedimentos importantes para salvaguardar a saúde dos pacientes.
2. A Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos permite ao usuário avaliar o plano que adquire, tornando claro a todos como cada operadora valoriza seus prestadores de serviços.
3. A CBHPM busca a valorização do trabalho do profissional de Medicina, que há cerca de dez anos não recebe quaisquer reajustes dos planos de saúde. Em contrapartida, apenas nos últimos sete anos, as empresas penalizaram os usuários com 248% de aumento, isso sem contar a recente majoração de 11,75% autorizada pela ANS.